

A homossexualidade do psicanalista

Jacques André,¹ Paris

Em 1921, Freud recusou a ideia de que a homossexualidade em si fosse um obstáculo à admissão à formação psicanalítica. Passaram-se 80 anos até que a IPA, em 2001, finalmente adotou esse posicionamento. Quando se trata da homossexualidade do psicanalista, é impossível dissociar a maneira como essa questão é tratada social e politicamente do questionamento propriamente analítico. A homossexualidade era um delito, mas hoje o delito é a sua discriminação. O politicamente correto mudou de lado, podendo até atingir a psicanálise e atentar contra a sua liberdade de pensar a escolha de objeto homossexual.

Palavras-chave: Homossexualidades; Escolha objetal; Bissexualidade; Formação analítica; Perversão; Identidade

¹ Psicanalista. Membro efetivo da Associação Psicanalítica da França (APF).

A questão já poderia ter-se encerrado em 1921. Em dezembro desse ano, Ernest Jones escreve a Freud a respeito de um médico homossexual holandês que ele desejaria excluir da formação ao exercício da psicanálise, por força da homossexualidade. A resposta de Freud: da mesma forma que não podemos apoiar a condenação legal da homossexualidade, não podemos recusar com base nisso a admissão à formação. Uma admissão requer *o exame das qualidades do candidato*, e não sua escolha de objeto sexual (*apud* Apfelbaum & Kahn, 2017, p. 187). Em outras palavras, se por um lado a profissão do psicanalista requer certa qualidade do funcionamento psíquico, por outro não se poderia impedir alguém de exercê-la considerando apenas as modalidades da vida sexual. A relação que Freud estabelece entre a discriminação legal, em vigor em quase todos os lugares à época, e *a proibição psicanalítica* confronta Jones com sua confusão, aquela que consiste em tomar uma repressão cultural por um discurso de verdade sobre a coisa psíquica. Se há uma interrogação sobre o funcionamento psíquico nessa conversa, é sobretudo sobre aquele de Jones.

Hoje, a posição freudiana é a mesma adotada pela IPA (*International Psychoanalytic Association*, a associação mundial das sociedades de psicanálise criada por Freud e por um grupo formado pelos primeiros psicanalistas); porém, para que assim fosse, transcorreram 80 anos (Feldman, 2017; Apfelbaum & Kahn, 2017). Até mesmo mais, pois nada diz que uma posição institucional, sob a pressão do novo ambiente cultural e legal (a homossexualidade era condenável, e agora é sua discriminação que passou a sê-lo), não se traduza simplesmente nas condições de admissão de um candidato à formação ao exercício da psicanálise. As reticências são hoje politicamente incorretas e, portanto, *inconfessáveis*, mas nem por isso desapareceram.

Até pouco tempo atrás, a única possibilidade de um candidato homossexual ser aceito consistia em ocultar sua vida sexual ou pelo menos manter-se vago sobre o assunto. O *coming out* de vários psicanalistas, primeiramente nos Estados Unidos, na década de 1990, revelou esse segredo de polichinelo, acabando com a hipocrisia e convidando a tratar a questão em outros termos.

É claro que a colocação do homossexual à distância jamais se acomodou simplesmente à esquematização do rótulo que patologiza, quando não insulta. Quando se é psicanalista, o mínimo é fundamentar em teoria analítica o ponto de vista defendido. E não faltaram teorias...

A teoria mais recorrente identifica homossexualidade e perversão. Lacan (1960-61), com muitos outros, repetiu o refrão. Na continuidade de um comentário sobre o *Banquete*, de Platão, ele fala do amor grego, do *amor dos belos moços*, para ressaltar a dimensão da sublimação. Mas acrescenta:

Isso não faz com que o amor grego deixe de ser uma perversão, por mais que seja sublimação [...] Que não venham nos dizer, sob pretexto de que era uma perversão preconcebida, aprovada ou mesmo festejada, que não fosse uma perversão. A homossexualidade não deixa de ser o que ela é: uma perversão (p. 43).²

Além do próprio Lacan, o raciocínio implícito que *proíbe* o homossexual de se tornar psicanalista pode ser resumido assim: como é que alguém que desconsidera a diferença dos sexos e recusa a castração poderia possibilitar que seu paciente tenha acesso a isso? Como poderia ajudá-lo a reconhecer a falta irreduzível (a Castração, com maiúscula) própria da condição humana? Poderíamos estender esse raciocínio para além da profissão do psicanalista. Se o perverso não respeita outra lei além daquela que ele mesmo edita, dever-se-ia proibi-lo de ser um jurista? E assim por diante... A crítica a essa posição exigiria um longo desenvolvimento, mas vou me ater a algumas observações a partir de duas palavras: perversão e homossexualidade.

Perversão, em psicanálise, provém de uma dupla acepção (já mencionada anteriormente, cf. *Fellare*), o que pode causar confusão. A disposição *perversa* polimorfa da sexualidade infantil tem uma dimensão genérica. Negativamente, ela resulta da imaturidade genital da criança, da sua incapacidade de descarregar sua excitação pelo coito, o que a leva a utilizar os meios de que dispõe (todos os meios servem, a boca, o ânus, a pele, os olhos, a curiosidade, a fala, o pensamento, etc.). De forma mais original, a perversão define um sexual muito plástico (*polimorfo*), criativo, gerando prazer por todos os meios, não livrando nenhuma das atividades da infância. Por outro lado, a perversão, no sentido da sexualidade adulta, define um comportamento específico, não mais genérico, que se caracteriza pela submissão do ato à realização de uma fantasia (de uma única). A imagem das cerimônias sadomasoquistas, sua encenação milimétrica, é a versão caricaturesca desse despotismo da perversão, que não atribui ao objeto sexual nenhuma outra existência além daquela de se curvar ao que o perverso exige.

Dito isso, entre o específico e o genérico, a sexualidade oscila. Toda sexualidade adulta tem sua fonte na fantasia, e a potencialidade perversa (levar o parceiro a *encenar* o roteiro que permite a realização do desejo) nunca está ausente. A diferença reside mais no tratamento do objeto. Quando a perversão é totalmente subjugada à vida sexual, ela torna o objeto tão cambiável quanto indiferente. Pouco importa a mulher, desde que ela use meias de seda... Evidentemente, o caso muda quando vem se misturar o amor, quando o objeto é *eleito*. Só que muitas vidas

² N.T.: Tradução livre.

(heterossexuais e homossexuais) conjugam as duas formas: perverso num dia (ou numa noite), apaixonado sempre.

Ao mesmo tempo em que a homossexualidade deixou de ser hoje uma *qualidade* que é obstáculo à admissão à formação analítica (e quando isso ainda acontece, o que está em questão não é mais a vida psíquica do candidato, mas aquela do psicanalista didata), o impedimento que a perversão constitui permanece. Expliquemos. Não se trata dos detalhes da vida sexual de cada um – que vão para o inferno os psicanalistas que se tomam por missionários! –, mas das modalidades da relação com o outro. Para que a psicanálise seja possível, o paciente tem de ser uma *pessoa*, e não um objeto indiferente e intercambiável. Aproximar-se da singularidade e da alteridade do analisando supõe um funcionamento psíquico inverso ao funcionamento perverso. O perverso *possui* o seu objeto, enquanto, inversamente, deixar-se *desapossar* o quanto possível de sua própria identidade psíquica é a condição exigida pelo método analítico, é a condição de uma escuta que suspenda seus desejos.

Como mostra a história, a psicanálise não esteve a salvo do desvio perverso, desde o seu começo e desde bem antes da indagação sobre a homossexualidade do psicanalista. Jung com Sabina Spielrein, Ferenczi com Gizella e Elma Palos, mãe e filha, acumulou as posições de analista e amante. Freud e Melanie Klein, que analisaram seus próprios filhos, também não ficaram longe da confusão. Vários outros depois deles vieram confirmar que a psicanálise é um ofício perigoso. A exploração do inconsciente põe lenha na fogueira, mas é preciso ter cuidado para não se queimar. Todas as transgressões éticas em psicanálise podem se inserir no registro da transferência quando o manejo desta vira manipulação. A transgressão sexual é exemplar nesse aspecto. O amor de transferência do(a) analisando(a) pelo analista não é um acidente de percurso deste ou daquele tratamento; ele é induzido pelo método. O convite a revelar o mais íntimo provoca inevitavelmente uma fala que se aproxima do discurso amoroso. Com o amor de transferência, a psicanálise nada faz além de colher o que semeou. Freud via nisso, paradoxalmente, a mais intensa de todas as resistências (amar contra analisar, quando o teatro pega fogo) e, ao mesmo tempo, o vetor mais seguro do tratamento psíquico. Mas basta que o psicanalista responda, na realidade, a esse desejo que o tem como objeto, passando ao ato, para que nada diferencie o dispositivo analítico de uma armadilha perversa. Isso acontece toda vez que o psicanalista se deixa tomar consciente e realmente pela personagem que a transferência gera: o amante, o Mestre (convidando seus analisandos para seu seminário) ou a mãe (transbordando de solicitude)... A tomada *inconsciente* do analista pela *força de atração* da transferência – este é o significado de *contratransferência* – é outro assunto. Como a transferência, a

contratransferência é ao mesmo tempo fonte de resistência e material privilegiado para a análise. Já a manipulação, ao contrário, desvia e anula a experiência analítica.

Conclusão: se a homossexualidade não é uma *qualidade* contraindicada para que alguém venha a ser psicanalista, não se pode dizer o mesmo do funcionamento perverso, que é de *natureza* tanto homossexual quanto heterossexual. Todavia, a perversão não é o único motivo historicamente invocado para *proibir* o homossexual de exercer o ofício de analista. Dentre os argumentos mais *clássicos*, dois deles formam apenas um (e não deixam de estar relacionados com o da perversão): um deles identifica a homossexualidade com uma interrupção no desenvolvimento psicosssexual, e o outro estabelece uma equação entre homossexualidade e sexualidades parciais (oral, anal, fállica...). Por trás de todas essas formulações teóricas, esconde-se uma representação normativa do desenvolvimento que tem sua melhor definição na expressão *primado do genital*. A genitalidade, ou seja, o encontro (finalmente!) de um pênis com uma vagina e das pessoas correspondentes seria o sinal de um acabamento do ser psicosssexual. No entanto, a descoberta da sexualidade infantil perturba justamente essa visão conformista. Longe de ser uma primeira etapa (*pré-genital*) que alcançaria sua forma completa na sexualidade pubertária, a sexualidade infantil é como o inconsciente: não tem idade, ignora o tempo. O seu recalçamento nutre a angústia, alimenta o desprazer e gera sintomas. Não há dificuldade de ereção, ejaculação precoce, frigidez ou vaginismo que não remetam à sexualidade infantil. A sexualidade humana, entre pulsão e fantasia, deve-lhe tudo: não somente as carícias preliminares, mas a coreografia do coito também. Já o *primado do genital* permanece tributário de uma ideologia da *natureza*, até mesmo do instinto.

É impossível percorrer todas as construções possíveis que terminam afirmando que *então, não se pode ser homossexual e psicanalista*. Simplesmente porque muitas delas constituem uma montagem tão inconsciente quanto pessoal. Apenas dois exemplos dentre tantas coisas ouvidas. Uma psicanalista manifesta sua preocupação: qual chance terá uma mulher depressiva de ser ouvida por um psicanalista homossexual? Outro psicanalista começa observando que a heterossexualidade é fundamental posto que assim o é, originariamente, entre a mãe e o filho..., mas interrompe o seu raciocínio, ameaçado pelo absurdo da sequência..., a primeira relação fundamental de uma menina é também com sua mãe. Dever-se-ia concluir, portanto, que, *no fundo*, todas as mulheres seriam homossexuais quando todos os homens seriam heterossexuais?

Deixando de lado a perversão, outra palavra que merece ser discutida é *homossexualidade*. Ela data do fim do século XIX e ganha força, pela primeira vez, na Inglaterra de Oscar Wilde, entre a psiquiatrização e a condenação. É uma

palavra que, às vezes, se aplica psiquicamente bem, com maior frequência entre dois homens do que entre duas mulheres, quando os dois parceiros do casal são tão *homo*, iguais, quanto possível. “É uma loucura como a gente se parece”, diz Jean referindo-se àquele com quem compartilha sua vida. A mesma idade, a mesma aparência, os mesmos gostos..., um é o espelho do outro. Não há dúvida de que Narciso sai ganhando com essa vida em duplo. Isso não quer dizer, contudo, que, por trás dessa identidade manifesta, não se dissimule uma alteridade secreta.

Mas, uma vez que se aplica bem, a palavra *homossexualidade* apresenta geralmente vários inconvenientes. A começar por unificar e escrever no singular algo que não o é. Nada impede de ser homossexual e psiquicamente regido por um funcionamento perverso, mas não mais do que ser regido por um funcionamento neurótico ou psicótico. O plural não se aplica somente à dualidade das homossexualidades masculina e feminina; cada uma delas apresenta construções múltiplas e heterogêneas. A designação pelo *mesmo sexo* conforma-se com a realidade material, mas ainda não diz nada da realidade psíquica. O sexo anatômico é uma coisa, o sexo psíquico é outra, às vezes no sentido próprio da expressão, quando alguém é do sexo psiquicamente oposto àquele que a natureza propôs. Nascemos menina ou menino, mas não nos tornamos necessariamente mulher ou homem, por vezes, no sentido relativo, por força da bissexualidade inconsciente. Esta não é menos consolidada do que a orientação dada à vida sexual, quer seja hetero ou homo. A experiência psicanalítica mostra isso suficientemente. Não há cena psíquica em que não esteja presente *o outro* sexo diferente daquele que se apresenta na realidade.

As palavras que Freud dirige a Jones, em 1921, no sigilo da correspondência refletem vários desenvolvimentos na obra publicada. Destacadamente, esta frase dos *Três ensaios* (1905): “Do ponto de vista da psicanálise, o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é também um problema que requer uma explicação, não é algo óbvio” (p. 51). A sexualidade humana não é mais natural do que contranatural; ela é desnaturada. A heterossexualidade não é explicável mais facilmente do que a homossexualidade. Ambas provêm de uma psicogênese complexa no término da qual se desenha a escolha de objeto. A psicosssexualidade é sempre um enigma. A análise contribui para reconstituir a sua trajetória a partir dos traços da realidade histórica, com maior frequência de forma parcial do que exaustiva. A singularidade das histórias, contudo, não impede que a teoria construa certas generalidades, à maneira como Freud tenta fazê-lo a respeito da homossexualidade de Leonardo da Vinci, mas convém renunciar ao que seria uma teoria unificada tanto da heterossexualidade quanto da homossexualidade.

Quer se trate da questão da possibilidade de alguém ser psicanalista e

homossexual ou de uma reflexão sobre a realidade psíquica da homossexualidade, na maioria das vezes implicitamente ou não, é a vertente masculina que serve de referência. Aqui também se misturam as representações culturais e psíquicas. Na perspectiva de um mundo ocidental patriarcal, a homossexualidade dos homens é uma provocação mais insustentável que a das mulheres. Estas dividem desde sempre o mesmo banheiro sem que alguém *pense mal delas*. Em 1937, refletindo sobre o tratamento de seu paciente Ferenczi, que solicitou intensamente a homossexualidade dos dois homens, Freud faz da recusa da passividade em relação a outro homem um dos motivos de resistência mais irredutíveis ao progresso da análise. Nada equivalente é dito a respeito das mulheres. Essa teoria de Freud valeria como teoria geral, ou mostraria a dificuldade transferencial de seu autor? A clínica dos dias atuais me inclina para a segunda hipótese. Os tempos mudaram, a homossexualidade masculina saiu do armário. Não é raro ouvir, no divã, um homem *essencialmente* heterossexual para o qual a mulher constitui a mais intensa fonte de desejo e de excitação expressar momentos homossexuais, seja numa prática noturna eventual ou por um excesso cometido numa circunstância festiva. Freud não diz nada sobre isso, mas, numa curiosa ocasião, faz um retrato da homossexualidade masculina bem diferente daquele com o qual seus desenvolvimentos teóricos nos acostumaram. Em 1926, Stefan Zweig, com quem Freud mantinha uma relação epistolar,³ enviou-lhe uma coletânea de novelas contendo, sobretudo, uma obra-prima: *A confusão dos sentimentos* (1992). É a história de uma paixão amorosa entre um professor universitário e seu aluno, tendo como pano de fundo Shakespeare, tema do aprendizado. Qualificar esse amor de *platônico* seria paradoxal, tanto mais que o desejo de Platão por todos os Alcibiades nunca se limitou a uma troca de olhares. Porém, na novela de Zweig, a passagem do psíquico ao físico, limitada a um beijo, marca também a separação dolorosa dos *amantes*: “Ele [o professor] me puxou contra si, seus lábios pressionaram avidamente os meus [...] Foi um beijo como nunca recebi de uma mulher, um beijo selvagem e desesperado como um grito de morte” (s/p).

Freud envia a Zweig este comentário:

Por que o homem não pode aceitar o amor físico de outro homem, mesmo quando se sente muito ligado a ele no plano psíquico? Isso não seria contrário à natureza de Eros que, com a superação da rivalidade natural entre os homens (atitude de ciúme), teria um triunfo notável. O amor de um homem por outro homem também seria mais fácil no plano do desenvolvimento histórico; talvez fosse até mesmo melhor, posto que não haveria a necessidade

³ Correspondências de Freud & Zweig entre 1908-1929.

de superar aquele último resto de estranheza entre homem e mulher e não conteria aquele sadismo a mais que envenena as relações entre os dois sexos. Também não é contrário à “natureza” humana, pois esta é bissexual. Ademais, essa incapacidade nem sempre existiu (o amor grego e romano) e parece existir unicamente para nós hoje, mas não para todos. Quando existe, ela é insuperável [...] Qual é o fundamento dessa repulsa aparentemente elementar? Não se sabe [...] (1995, s/p).⁴

Não se tem certeza de que a perplexidade tenha diminuído desde Freud, apesar da evolução dos costumes. Percebemos que ele abriu duas pistas para reflexão. A primeira é histórica e cultural ao mesmo tempo; a segunda é intrapsíquica.

A bissexualidade psíquica é nosso quinhão comum e deriva, de forma complexa e inconsciente (mesclando o desejo e a identificação), da intensidade dos primeiros amores, no duplo sentido do amor dos pais pela criança e do amor dela pelos objetos dos dois sexos que lhe são próximos. De onde nasce o impedimento para que se exerça essa bissexualidade própria da sexualidade infantil na vida sexual adulta? Seria simplesmente uma questão de repressão social? O argumento clássico do *amor greco-romano* não é absolutamente decisivo. Primeiramente, porque ninguém jamais teve Platão ou Adrian no divã, e depois porque o que sabemos das representações culturais mostra uma combinação sempre original entre o permitido, o proibido e o obrigado, da qual não podemos deduzir simplesmente conteúdos psíquicos correspondentes. Que Adriano usasse sexualmente o seu escravo Antínoo, como o faria com uma mulher, isso fazia parte da ordem romana das coisas, mas apaixonar-se e deixar-se penetrar, isso abala o Império. Em Esparta, o adolescente só será digno de se tornar guerreiro depois de ter sido penetrado por alguém mais velho... Para brandir o gládio, é preciso tê-lo antes recebido. A escolha do objeto de amor não tem nada a ver com isso; é apenas uma questão de transmissão obrigatória da virilidade. Poderíamos dar vários outros exemplos pertencentes a espaços culturais completamente diferentes, como o dos *Baruyas* da Nova Guiné estudados por Maurice Godelier, para os quais a homossexualidade é proibida entre os adultos, mas obrigatória (sob a forma restrita da felação e da ingestão do esperma) entre o adolescente e o jovem rapaz.

A investigação histórica e cultural ajuda a evitar uma dupla ilusão: nenhuma sociedade passada ou presente permite que a bissexualidade seja exercida livremente, sem entrave. O futuro seria mais promissor, como a evolução das democracias ocidentais parece apontar? Resta a dúvida. A história da sexualidade é descontínua, jamais segue o caminho de um simples progresso que iria do

⁴ Carta de 4 de setembro de 1926.

interdito ao *tudo é permitido*. O horror muda de escopo, mas nunca desaparece: o ódio apaixonado pela masturbação se deletou no século XIX; hoje é a pedofilia que está em pauta. Além disso, não se pode permanecer cego a certa divisão à maneira dos vasos comunicantes, segundo a qual aquilo que é liberado aqui é reprimido com maior violência ali. Como dissociar a *revolução sexual* ocidental do terrorismo sexual de integristas religiosos de todos os matizes? É, portanto, dupla a ilusão de fazer, por um lado, de determinada sociedade antiga um espaço nostálgico de liberdade sexual e de sonhar, por outro lado, com um futuro sexual em que seja proibido proibir.

A outra pista, intrapsíquica, não é menos intrincada. Sem falar da forma estranha pela qual ela se enreda com a anterior: alguém pode ser um fervoroso defensor da igualdade em relação ao casamento, militar pelo casamento homossexual e expressar no divã sua repulsa por essa mesma homossexualidade. Inversamente, pode-se participar de protestos contra o casamento homossexual⁵ e dividir sua vida cotidiana com uma pessoa do mesmo sexo. As posições defendidas conscientemente nunca trouxeram muita informação sobre o que o inconsciente confecciona. No entanto, pode-se ainda perguntar, em parte, se a revolução dos costumes possibilitou uma liberação relativa da bissexualidade e da homossexualidade. Claramente sim. O que Mauriac, em seu tempo, recusou-se a fazer como Proust, hoje ele se permitiria provavelmente. Recalcamento psíquico e repressão cultural não se sobrepõem simplesmente, mas isso não quer dizer que sejam indiferentes um para o outro. Tomadas todas as devidas precauções, é possível voltar à perplexidade de Freud, que continua sendo a mesma nossa. Na novela de Zweig, segundo Freud, o conflito consiste “no fato de que o adolescente desejaria corresponder ao amor do homem, mas não pode fazê-lo por causa de um misterioso interdito interno” (s/p). É, sem dúvida, neste ponto que o questionamento psicanalítico encontra toda a sua pertinência. Em 1937, Freud fez uma constatação que não perdeu sua atualidade, se considerarmos o que se ouve no divã atualmente: “há pessoas que podem tomar como objetos sexuais membros de seu próprio sexo, bem como do sexo oposto, sem que uma das orientações interfira na outra” (p. 45-46).⁶ Mas, ao mesmo tempo em que essa bissexualidade está presente em cada um de nós, sua vivência está longe de ser homogênea.

Ao passo que na primeira classe de pessoas as duas tendências prosseguem juntas sem se chocarem, na segunda classe, mais numerosa, elas se encontram

⁵ N.T.: O autor cita, como exemplo, *Manif-pour-tous*, um grupo francês de associações que organiza protestos e manifestações contra o casamento homossexual.

⁶ Freud, S. Edição standard brasileira de obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 23. *Análise terminável e interminável*, Rio de Janeiro: Imago, p. 157.

num estado de conflito irreconciliável. A heterossexualidade de um homem não se conformará com nenhuma homossexualidade e vice-versa (p. 45-46).

Por que a libido é incapaz de se dividir neste segundo grupo enquanto consegue fazê-lo sem dificuldade no primeiro? Em que fonte é buscada tamanha inclinação ao conflito? A resposta de Freud é surpreendente. Os horrores neuróticos não faltam (aqueles que o asco, a aversão e a repulsa revelam), e, como o inconsciente ignora o tempo, eles se manifestam hoje como ontem: o horror do homem heterossexual à feminização por sodomia, o horror da mulher heterossexual à intimidade feminina quando toca na genitália, o horror do homem homossexual ao pensamento tenaz e abissal do órgão/abismo feminino, o horror da mulher homossexual ao pensamento da penetração (embora outra homossexualidade feminina não imagine prescindir do *falo lésbico*, o pênis artificial). No entanto, não são essas angústias neuróticas que Freud invoca nesse texto clínico testamentário, mas uma cumplicidade secreta entre o conflito psíquico e as pulsões de destruição. O antagonismo estaria menos entre um desejo sexual e o seu recalçamento do que entre a integridade do Eu e o peso da ameaça de um *sexual-de-morte* mais deletério que erótico. Esse clima *trash* antes de seu tempo não está ausente na novela de Zweig, quando este evoca a homossexualidade do professor à maneira de Pasolini, mais próxima do submundo e do assassinato que do hedonismo.

Não há nada conclusivo em tudo isso. As indagações se multiplicam, mas não podemos dizer o mesmo das respostas, e um princípio de incerteza preside a teoria. A psicanálise é a *ciência* da parte intratável da vida psíquica, o que a situa em situação de ambiguidade tanto com o discurso *politicamente correto* dos dias de hoje quanto com aquele de ontem. O ódio à homossexualidade cedeu lugar, inversamente, ao ódio à homofobia. Esta última palavra (*homos-phobos* = medo do mesmo) é pelo menos tão insatisfatória quanto sua predecessora. Esse vocábulo social e político quer ignorar completamente as raízes inconscientes do ódio, as quais ignoram o tempo e o ambiente cultural. Não existe chance alguma de que a abolição da discriminação da homossexualidade se traduza no inconsciente por uma igualdade indulgente.

Depois de fazer essa incursão, voltemos à questão inicial: ser psicanalista e homossexual. Uma vez que se admite que a *qualidade do funcionamento psíquico* é a única coisa que vale, embora essa *qualidade* seja prudentemente mais intuitiva que definida, quais as questões que restam? Seria necessário observar minuciosamente a prática clínica e imaginar as dificuldades potenciais. Por exemplo: em que medida um psicanalista homossexual assumido (isso é comum hoje, por força do sair do armário) possibilitaria a um paciente, homem heterossexual, dar vida e expressão,

na transferência, à sua homossexualidade inconsciente? Essa pergunta possui uma variante simétrica: em que medida uma mulher analista heterossexual possibilitaria a um paciente, homem homossexual, a vivência de sua heterossexualidade inconsciente? Desta vez, sinto que posso responder com tranquilidade. A incrível *força de atração da transferência* (expressão de J-B. Pontalis) desarruma tanto a diferença dos sexos quanto aquela das gerações. Basta que a posição analítica seja mantida – o que é sempre uma questão de respeitar o método – para que as *dramatis personae* produzidas pelo amor/ódio da transferência deem vida a um teatro em que a realidade da pessoa do psicanalista nada prejudica. Que o psicanalista seja homem ou mulher, jovem ou velho, homo ou hetero, a análise é uma viagem que libera as identidades.

Assim, alguém pode ser hoje psicanalista e homossexual com certa tranquilidade (embora essa profissão nem sempre seja totalmente tranquila), inclusive dentro da sociedade das sociedades criada por Freud, a IPA. Mas tão logo encerrada uma questão, já surge outra, porque a coisa psíquica inconsciente é tão violenta, que não dá trégua. Ela pode ser ilustrada por um debate organizado em 2001, em torno de um argumento proposto por Ralph Roughton, *training analyst* de Atlanta, que havia declarado sua *gay identity* no Congresso da IPA em Barcelona, em 1997. Roughton faz uma advertência contra toda patologização da homossexualidade e chama a atenção para os preconceitos heterossexistas mais ou menos inconscientes dos analistas. O mais interessante, contudo, diz respeito à *etiologia* da homossexualidade e ao surpreendente convite feito ao analista para abster-se de qualquer investigação sobre o assunto. Por que esse recuo? *Etiologia* rima com *doença*, e imagina-se em Roughton certa desconfiança em relação a um psicanalista que só se interessaria pelas causas para modificar seus efeitos ou, dizendo claramente, para fazer de um homossexual doente um heterossexual genuíno. Não se sabe ao certo o que determina uma escolha de objeto sexual, então vamos proteger esse não-saber! Isso faz pensar naqueles pacientes que dizem que querem iniciar uma análise desde que não questione sua crença religiosa, ou ponha em perigo a vida conjugal... Circulando! Não tem nada para saber!

A palavra *etiologia* não é bem vista por ser muito carregada do ponto de vista médico, mas a ideia próxima de psicogênese está no cerne da experiência analítica. Reconhecer a obscuridade em torno da determinação inconsciente de uma escolha de objeto sexual e amoroso (homo e hetero) é uma coisa, recusar-se a aproximar-se dela é outra. Sabemos pela experiência que, quando uma porta se fecha em psicanálise, a peça condenada se enche com tudo aquilo que aproveita para fugir da investigação. É uma sorte para as resistências. O tratamento psicanalítico não tem outra finalidade definida além daquela de promover uma mudança psíquica

para melhor viver; trazer à tona as fontes da escolha de objeto não é nenhuma finalidade privilegiada. Somente as modalidades da transferência e o curso da livre associação traçam o caminho a seguir. E é perfeitamente possível que uma fragilidade perceptível exija tecnicamente que o analista não prossiga muito adiante por determinada via. Mas o que pensar de um psicanalista – primeiramente, de um candidato à formação analítica – que nunca tenha se confrontado verdadeiramente, durante a sua análise pessoal, com a história inconsciente de suas escolhas sexuais e amorosas? De alguém que, portanto, não tenha encontrado, na plena acepção da palavra, sua heterossexualidade ou sua homossexualidade? O mínimo que se poderia pensar é que lhe falta aquela *qualidade do funcionamento psíquico* necessária ao exercício desse ofício. Meu raciocínio associa heterossexualidade e homossexualidade porque a obscuridade inconsciente diz respeito a ambas, só que nunca se encontrou alguém que propusesse cancelar a investigação da psicogênese da escolha hetero. O que Roughton defende não tem correspondência hetero.

Os meandros de cada vida singular sempre deixam na sombra uma parte inexplorada, mas isso não põe em xeque absolutamente a convicção, alimentada pela experiência, de que toda escolha de objeto é o resultado de uma psicogênese. Sempre uma questão de história, nunca uma questão de natureza. Quais seriam as psicogêneses da escolha homossexual? Isso seria assunto para um longo artigo, pois as hipóteses são numerosas. A singularidade de uma vida não impede traçar certas linhas gerais que possam ser teorizadas. Algumas considerações sucintas.

A primeira hipótese, a mais corrente, refere-se ao complexo de Édipo. Este, como escreve Freud (1923), tem duas faces:

[...] um menino não tem simplesmente uma atitude ambivalente para com o pai e uma escolha objetal afetuosa pela mãe, mas, ao mesmo tempo, também se comporta como uma menina e apresenta uma atitude afetuosa feminina para com o pai e um ciúme e uma hostilidade correspondentes em relação à mãe. É este elemento complicador introduzido pela bissexualidade que torna tão difícil obter uma visão clara dos fatos em vinculação com as escolhas primitivas de objeto e identificações, e ainda mais difícil descrevê-las inteligivelmente (p. 276-277).⁷

Para dizer a verdade, essa homossexualidade edípica é sempre insuficiente para explicar uma escolha objetal homossexual quando é exclusiva. Por outro lado, é bastante comum que ela opere nas homossexualidades inconscientes dos homens heterossexuais. A primeira psicogênese da escolha objetal especificamente

⁷ ESB. Vol. 19, pp. 47-48.

homossexual foi descrita por Freud num texto dedicado a Leonardo da Vinci. Na origem, há um amor apaixonado da mãe pelo seu menino, um amor sem limite que não dará à criança outra escolha além da identificação com a mãe-amante: amar um homem como o próprio menino foi amado pela primeira de todas as mulheres. É, por certo, uma homossexualidade, mas paradoxalmente muito fiel ao primeiro amor hetero; se não há mulher, é porque no fundo só existe *uma* insubstituível. Essa *história* é apenas uma entre outras, em que o objeto eleito sempre conservará algo da criança que o sujeito foi para *a menina-dos-olhos*, um efebo à imagem de Antínoo ou dos *ragazzi* de Caravaggio. O mérito desse relato freudiano está também em assinalar a contribuição do inconsciente dos pais para essa construção. Em outras formas de homossexualidade tanto masculinas como femininas, essa contribuição tem a violência da evidência: o pai ou a mãe (às vezes ambos) desejava profundamente uma menina, vem um menino... Mas a fantasia inconsciente dos pais não cede: *nasceu uma menina*. Nesse caso, o sexo psíquico assim imposto sempre prevalecerá sobre o que a natureza oferece, mesmo que o percurso sexual e amoroso não seja automaticamente determinado.

As homossexualidades femininas, tanto aquelas inconscientes das mulheres hetero como as que não deixam outra escolha além de amar uma mulher, concorrem em complexidade com as homossexualidades masculinas. Cabe assinalar que, se a continuidade pai-filho é insuficiente para fundar sozinha uma homossexualidade, o caso é diferente na relação mãe-filha. Maria fala da maneira encaixada, em *conchinha*, de dormir com sua companheira, assim como fazia quando era criança na cama da mãe, com uma única diferença operada pela identificação: era Maria que se enrolava contra o ventre materno, posição que hoje ocupa sua companheira.

Se a psicanálise tivesse de renunciar a explorar as psicogêneses das escolhas amorosas e sexuais, ela daria as costas àquilo que constitui a sua originalidade: traçar as figuras da sexualidade infantil e seguir sua pista nas vidas adultas, que seja pela forma de fantasiar, de amar, de criar ou de trabalhar. A restrição pregada por Roughton é estendida por outros psicanalistas homossexuais (Richard Isay em primeiro lugar, seguido por outros) de maneira muito mais radical: somente um homossexual, no fundo, seria um psicanalista competente para o paciente homossexual. Essa posição, mais militante que analítica (ao ponto de compor uma lista de analistas *gay friendly*), permaneceu certamente marginal, embora contenha muitas indicações. Ela já está mais ou menos inserida na expressão de Roughton para definir-se: *gay identity*. A noção de identidade é primeiramente cultural e política, e circunscreve uma *comunidade*, ou seja, o reconhecimento do *mesmo* (*idem*) sobre um fundo plural. Em psicanálise, é menos uma noção do que uma fantasia do Eu, uma fantasia narcísica e vital pela qual o sujeito se convence de ser

um. Cada um de nós, ao dizer *Eu*, precisa acreditar nisso e esquecer absolutamente que *Eu é um outro*. Mas aquilo de que o Eu [Ego] necessita, na vida do dia a-dia, é um entrave ao exercício da psicanálise. Nada transpõe facilmente as fronteiras que delimitam o território do Eu, mas essa expatriação, ainda que sempre parcial, é a condição de possibilidade que tem um psicanalista para aplicar o seu próprio método: o de uma escuta flutuante que solta suas próprias amarras. Muitos pacientes apresentam ao analista territórios psíquicos que lhe são totalmente alheios. Se ele não estiver pronto para a viagem, é porque errou de profissão. Não lhe cabe fechar as portas.

Assumir a escolha homossexual é uma coisa, fazer dela uma identidade é outra. O cúmulo desta é realizar sob uma forma positiva o que o ódio à homossexualidade realizava sob uma forma negativa: os nazistas reuniam os homossexuais dentro de um campo para destruí-los; a *comunidade* homossexual cria hoje espaços onde seus membros encontram o bem-viver entre si. Um exemplo é Provincetown, uma aldeia situada no extremo do Cabo Cod, onde os casais gays e lésbicos, na companhia de seus filhos, aproveitaram um ambiente de sonho para criar um mundo que é como o avesso daquela solidão absoluta do homossexual em mundo hostil que o filme *Moonlight*, de Barry Jenkins, apresenta.

O inconsciente é politicamente incorreto, e o mínimo que se pode esperar do psicanalista, pelo menos no exercício de sua arte, é que se mostre à altura dessa loucura privada. A maneira de Judith Butler (2005) rejeitar a bissexualidade freudiana tem ares de reação epidérmica:

O problema que encontro nas visões de Freud sobre a bissexualidade é, na verdade, o fato de se tratar de heterossexualidade. A parte feminina quer um objeto masculino e a parte masculina, um objeto feminino. Esplêndido! Temos então dois desejos heterossexuais a que damos o nome de bissexualidade. Não, não posso aceitar isso! (p. 26).

Entrevemos, por trás desse gesto de humor, a defesa de uma *identidade homo*, aquela de um desejo homossexual que não deva nada a ninguém, muito menos ao *outro* sexo. O psicanalista que se *conforma* com tal ponto de vista está tão distante da *alteridade* do inconsciente quanto aquele que, há pouco, esperava conduzir qualquer paciente à plenitude do *amor genital*. ▢

Abstract

The psychoanalyst's homosexuality

In 1921, Freud refused the idea that homosexuality in itself was an obstacle to being admitted to psychoanalytic training. Eighty years went by until 2001, when IPA decided to adopt that position. When it comes to the psychoanalyst's homosexuality, it is impossible to dissociate the way society and politics deal with it from its analytic approach. Homosexuality was a crime, but today it is a crime to discriminate against someone on that basis. The *politically correct* has changed sides, and it may even affect psychoanalysis and its freedom to think of the choice of homosexual object.

Keywords: Homosexualities; Choice of object; Bisexuality; Analytic training; Perversion; Identity

Resumen

La homosexualidad del psicoanalista

En 1921, Freud rehusó la idea de que la homosexualidad en sí fuera un obstáculo a la admisión a la formación psicoanalítica. Han pasado 80 años hasta que la IPA, en 2001, por fin haya adoptado esa posición. Cuando se trata de la homosexualidad del psicoanalista, es imposible disociar el tratamiento social y político del cuestionamiento propiamente analítico. La homosexualidad era un crimen, ahora su discriminación es que lo es. El *políticamente correcto* ha cambiado de bando, incluso para por su vez llegar al psicoanálisis y minar su libertad para pensar la elección del objeto homosexual.

Palabras clave: Homosexualidad; Elección objetal; Bisexualidad; Formación analítica; Perversión; Identidad

Referências

- Appfelbaum, L. & Kahn, L. (2017). La situation de l'homosexualité dans la formation analytique (1973-2000) : Bibliographie commentée. In *La liberté en psychanalyse. Liberté. Égalité. Sexualité*. (Association Psychanalytique de France) : PUF.
- Butler, J. (2005). *Humain, inhumain : le travail critique des normes : entretiens*. Paris: Éd. Amsterdam.

- Feldman, M. (2017). *Être gay et devenir psychanalyste : trois générations*. Paris : PUF.
- Freud, S. (1905). *Trois essais sur la théorie sexuelle*. Paris: Gallimard, 1987.
- Freud, S. (1923). Le moi et le ça. In *Oeuvres complètes de Freud*, Vol. XVI.
- Freud, S. (1937). L'analyse finie et l'analyse infinie. In *Oeuvres complètes de Freud*, Vol. XX.
- Lacan, J. (1960-61). *Le Séminaire, livre VIII : Le transfert*. Paris : Seuil, 1991.
- Zweig, S. & Freud, S. (1995). Lettre du 4 de septembre de 1926. In *Correspondance, 1908-1929* (pp. 53-59). Paris: Payot et Rivages, 2013.
- Zweig, S. (1992). *La confusion des sentiments*. Paris: Le livre de Poche.

Recebido em 12/03/2018

Aceito em 04/04/2018

Tradução de **Vanise Dresch**

Revisão gramatical de **Ellen Garber**

Revisão técnica de **Renato Lucas**

Jacques André

46 rue Vavin

75006 – Paris – France

e-mail: andre.jac@orange.fr

© Jacques André

Revista de Psicanálise – SPPA